

1 **ATA DA REUNIÃO DE POSSE E ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DO COMITÊ DA**
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS POMBA E MURIAÉ –**
3 **COMPÉ PARA O MANDATO 2013-2017**, realizada no dia vinte e nove de outubro de 2013, no
4 Auditório do Instituto Estadual de Florestas – IEF, situado à Rodovia Ubá/Juiz de Fora - km 02, Horto
5 Florestal, no município de Ubá/MG. A reunião teve início às 09 horas 08 minutos, com a presença de
6 dezoito (18) membros do COMPÉ, entre titulares e suplentes e quinze (15) convidados, (conforme
7 relação de presença no final desta Ata), e justificadas as ausências, também como relacionado no final
8 desta ata, tendo sido presidida pelo Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e
9 Desenvolvimento Sustentável, Sr. Danilo Vieira Júnior, com a seguinte **Ordem do Dia: 1.** Abertura; **2.**
10 Posse dos Conselheiros para o mandato 2013-2017; **3.** Eleição de Diretoria; **4.** Capacitação dos novos
11 conselheiros: Panorama da Gestão Participativa das Águas; Política Estadual de Recursos Hídricos;
12 Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o papel de cada ente; Instrumentos de
13 Gestão de Recursos Hídricos da UPGRH PS2; Regimento Interno e Deliberações Normativas do
14 Comitê; Papel do Comitê e dos Conselheiros; Ética na Gestão Pública; **5.** Cobrança pelo Uso dos
15 Recursos Hídricos: Programa de Comunicação Social; Metodologia de Cobrança; Equiparação da
16 Agência de Bacia; **6.** Encerramento. A Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Energisa
17 Soluções S.A.), Presidente Interina do COMPÉ, abriu a reunião convidando a Sra. Marília Carvalho
18 Melo, Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), e o Sr. Danilo Vieira Júnior,
19 Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), para
20 compor a mesa. Em seguida passou a palavra ao Sr. Danilo Vieira (SEMAD) para que conduzisse os
21 trabalhos. Cumprimentando a todos o Sr. Danilo Vieira destacou a satisfação de presidir a posse dos
22 membros deste Comitê e a eleição da nova diretoria e enfatizou a importância dos recursos hídricos e a
23 importância do comitê empossar novos membros, explanando concisamente sobre o desafio que é a
24 questão do saneamento e o trabalho que vem sendo realizado pelo Comitê de Integração da Bacia
25 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, destacando fatores preocupantes como o desmatamento
26 da Mata Atlântica e o lixo doméstico. Comentou ainda sobre a implantação da cobrança pelo uso da
27 água na parte mineira da bacia do rio Paraíba do Sul destacando a atuação e empenho da Senhora
28 Marília Melo (IGAM) no sentido de acelerar o cronograma de implantação, lembrando que o recurso
29 oriundo da cobrança é de grande importância, pois será convertido em benefício à bacia, destacou ao
30 atuação do comitê federal que com recursos oriundos da cobrança vem desenvolvendo trabalhos de
31 educação ambiental, pagamento de serviços ambientais, planos municipais de saneamento, a avaliação
32 ambiental integrada, a revisão do plano de bacia na bacia, ações importantes para se obter a qualidade
33 ambiental esperada. Agradeceu a todos e passou a pauta do dia, passando a palavra a Sra. Marília Melo
34 (IGAM), que cumprimentou a todos, agradecendo a oportunidade de estar dando posse aos membros do
35 Comitê e ao Sr. Danilo Vieira (SEMAD) pelos elogios e destacou a satisfação de estar trabalhando na
36 implementação da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul, na sequência procedeu a leitura da pauta do
37 dia conforme já registrada no início desta ata, ressaltando que serão apresentadas duas propostas de
38 Deliberação sendo uma referente à aprovação da metodologia de cobrança na bacia e a outra relativa à
39 reequiparação da Associação Pró-Gestão das Águas da bacia do rio Paraíba do Sul - AGEVAP, como
40 agência de bacia do Comitê da bacia hidrográfica dos rios Pomba e Muriaé. O Sr. Danilo Vieira
41 (SEMAD), convidou as seguintes autoridades para compor a mesa: Sr. Leonardo Sorbliny Schuchter –
42 Superintendente Regional da SUPRAM/ZM, Sr. André Luis de Paula Marques, Diretor Executivo da
43 AGEVAP, e Sr. Bruno Guerra, Promotor de Justiça e Coordenador da Bacia do Rio Paraíba do Sul.
44 Dando início à solenidade de posse a Sra. Marília Melo (IGAM) designada pelo Secretário de Estado
45 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. Adriano Magalhães Chaves, procedeu à leitura
46 do Termo de Posse e dos nomes dos novos membros eleitos para o mandato 2013/2017, citando as
47 instituições eleitas para titular e suplente e seus respectivos representantes, convidando os membros
48 presentes para proceder à assinatura do termo de posse e compor a mesa. Encerrada as assinaturas, a
49 Sra. Marília Melo (IGAM) declarou empossados os novos membros do COMPÉ destacando que e
50 encerrada a posse, passou a palavra ao Sr. Danilo Vieira (SEMAD) para que conduzisse os

51 procedimentos para eleição da nova diretoria para o mandato 2013/2015, após parabenizar os novos
52 membros o Sr. Danilo Vieira ressaltou a importância da participação ativa dos membros junto ao
53 comitê de bacia, e prosseguindo iniciou os preparativos para eleição da nova Diretoria, apresentando
54 aos membros a proposta de chapa com a indicação da Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
55 pela Energisa S.A. (Usuários) para Presidente, da Sra. Juliana Maria Guarino Lopes Aquino pela
56 Prefeitura Municipal de Muriaé (Poder Público Municipal) para Vice-Presidente, do Sr. Claudio Luis
57 Dias Amaral pela Agro-Indústria Reserva das Gerais Ltda. (Usuários) para Secretário Executivo e do
58 Sr. Alexandre de Castro Leal pela Polícia Militar do Meio Ambiente PMMG – 4ª Cia PM Ind MAT
59 (Poder Público Estadual) para Secretário Executivo Adjunto, colocando em seguida a chapa
60 supracitada em votação, a qual foi eleita por aclamação. **Não havendo manifestações contrárias que
61 impedissem a eleição, a diretoria do COMPÉ foi eleita para o mandato 2013/2015, sendo esta:**
62 **Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, representante da Energisa S.A. como Presidente;**
63 **Juliana Maria Guarino Lopes Aquino, representante da Prefeitura Municipal de Muriaé como**
64 **Vice-Presidente; Claudio Luis Dias Amaral, representante da Agro-Indústria Reserva das Gerais**
65 **Ltda. como Secretário Executivo; e Alexandre de Castro Leal, representante da Polícia Militar**
66 **do Meio Ambiente PMMG – 4ª Cia PM Ind MAT como Secretário Executivo Adjunto.** O Sr.
67 Danilo Vieira (SEMAD) parabenizou a diretoria eleita desejando sucesso no cumprimento do mandato
68 biênio 2013/2015 e solicitou a Sra. Marília Melo (IGAM) que procedeu a leitura dos nomes dos
69 membros da nova diretoria, convidando-os a assinar o Termo de Posse. Em seguida passou a palavra à
70 nova Presidente, Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Energisa S.A.), para que conduzisse os
71 trabalhos. Em nome da nova diretoria a Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas agradeceu a
72 todos pela confiança e apoio destacando o trabalho já iniciado desde a instalação do Comitê em 2006
73 com a atuação dos Consórcios de bacia e o trabalho significativo do Sr. Manoel Otoni Neiva na
74 implantação do Comitê sobretudo na definição de sua composição que é de dezesseis membros titulares
75 e seus suplentes, sendo um número reduzido mas atuante de membros, o que facilita o andamento dos
76 trabalhos. Enfatizou a relevância dos trabalhos que vem sendo desenvolvidos na bacia, destacando em
77 especial a contribuição da Sra. Marília Melo, Diretora Geral do IGAM e do Sr. Danilo Vieira
78 (SEMAD) na viabilização da implementação da cobrança na bacia e agradecendo convidou a todos os
79 presentes para a reunião extraordinária do Comitê a ser realizada às 14 horas. Em seguida passou a
80 palavra ao Secretário Executivo do Comitê, Sr. Claudio Luis Dias Amaral (Agro-Indústria Reserva das
81 Gerais Ltda.) que primeiramente agradeceu o apoio dos membros e a oportunidade de permanecer à
82 frente da secretaria executiva do Comitê e continuar trabalhando em benefício da bacia. Oportunamente
83 solicitou à Presidente do Comitê a possibilidade de inversão de pauta permitindo-lhe apresentar
84 redação de duas moções, sendo uma ao Presidente da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Dr.
85 Gilson Queiroz e outra ao Superintendente Regional da FUNASA em Minas Gerais, Dr. Célio Rios,
86 que trata da solicitação pela aprovação dos projetos dos sistemas de esgotamento sanitários de nove
87 (09) municípios da Zona da Mata de Minas, inscritos nos termos da Portaria 192/2013 de 1/fev/2013 –
88 PAC 2 que instituiu o processo seletivo para repasses de recursos para ações de Saneamento Básico, e a
89 outra ao Procurador da República no município de Juiz de Fora/MG, Dr. Marcelo Borges de Mattos
90 Medina pela celeridade na apuração dos fatos relativos ao Inquérito Civil 1.22.001.000350/2012-95,
91 movido em face do Prefeito de Mercês que trata da paralisação das obras do sistema de esgotamento
92 sanitário daquele município, solicitando atenção dos membros para que analisassem as mesmas e
93 manifestassem pela sua aprovação para que o Comitê possa encaminhá-las aos respectivos
94 interessados, concluindo agradeceu a atenção. O Sr. Danilo Vieira (SEMAD) destacou a atuação e o
95 trabalho do Sr. Claudio Amaral (Agro-Indústria Reserva das Gerais Ltda.) junto aos municípios na
96 bacia, ressaltando ser de grande relevância para as melhorias que vem acontecendo, e fortalecimento de
97 ações que integram a gestão participativa dos recursos hídricos. A Presidente do Comitê, Sra. Maria
98 Aparecida Borges Pimentel Vargas (Energisa S.A.), sugeriu que se procedesse à votação referente às
99 duas moções apresentadas, não havendo manifestações contrárias as mesmas foram aprovadas,
100 destacando somente que foi solicitado pelo Sr. Danilo Vieira (SEMAD) que fosse elaborada uma


101 terceira moção que deverá ser encaminhada ao Prefeito do município de Mercês, Sr. Donizete Barbosa
102 de Oliveira. Dando prosseguimento convidou o Sr. Eduardo de Araújo Rodrigues (IGAM), para iniciar
103 a apresentação referente à Oficina de Capacitação dos novos conselheiros, com a palavra o Sr. Eduardo
104 Rodrigues (IGAM) cumprimentou a todos e iniciou com esboço da Estrutura da Apresentação e em
105 seguida explanou sobre os aspectos gerais da Política de Recursos Hídricos apresentando conceitos
106 essenciais; o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - sua composição e
107 responsabilidades bem como dos órgãos e entidades que o integram; os Instrumentos de Gestão de
108 Recursos Hídricos os quais possibilitam o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos pelos
109 órgãos gestores, explicando objetivamente sobre os planos de recursos hídricos (PERH e PDRH), o
110 enquadramento dos corpos de água em classes segundo seus usos preponderantes, a outorga dos
111 direitos de uso dos recursos hídricos, a cobrança pelo uso de recursos hídricos, e o sistema de
112 informação sobre recursos hídricos; apresentou informações gerais sobre a bacia assim como
113 programas e ações previstos, informou sobre a qualidade das águas e o cadastro de usuários.
114 Apresentou ainda explicações sobre o Comitê de Bacia Hidrográfica, o que são, o papel que
115 desempenham e suas competências, incluindo esclarecimentos sobre o papel do conselheiro e suas
116 competências e a substituição deste. Explanou ainda sobre a estrutura do Comitê Pomba e Muriaé, sua
117 finalidade, competências, composição, estrutura e competências de seus órgãos, falou sobre as reuniões
118 plenárias, apresentou seu Regimento Interno, Deliberações Normativas e por fim os principais desafios
119 para o Comitê, e encerrando relacionou os Canais de Comunicação e Informação utilizados atualmente
120 agradecendo a atenção dos conselheiros e convidando a todos para um lanche. Após uma breve pausa a
121 Presidente do Comitê solicitou a todos que retomassem os trabalhos, convidando a Sra. Marília Melo
122 (IGAM) para proceder à apresentação sobre a Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos
123 Hídricos. A Sra. Marília Melo apresentou inicialmente o Programa de Comunicação Social colocando
124 que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo já implementaram a cobrança, restando apenas o estado
125 de Minas Gerais informando que a proposta do IGAM é para que seja implementada em agosto de
126 2014. Oportunamente ressaltou a experiência e a prática da AGEVAP, que vem obtendo êxito em seu
127 trabalho e destacou a importância da cobrança como instrumento que possibilita a obtenção de recursos
128 necessários às ações que beneficiam a bacia. Destacou que Minas Gerais tem se beneficiado dos
129 projetos de calha uma vez que os investimentos destinados a este estado trazem melhorias aos
130 municípios da calha. Apresentou os objetivos da cobrança, o histórico de sua implantação em Minas
131 Gerais, tendo ocorrido no ano de 2010 no Rio Araguari - PN2, Rio Piracicaba/Jaguari – PJ1, Rio das
132 Velhas – SF5 e no ano de 2012 em Seis afluentes mineiros do Rio Doce, sendo: Rio Piranga – DO1,
133 Rio Piracicaba – DO2, Rio Santo Antônio – DO3, Rio Suaçuí- DO4, Rio Caratinga – DO5, Rio
134 Manhuaçu – DO6. Apresentou o Potencial de Arrecadação explicando que se baseia em simulação
135 realizada no ano de 2007 e que existe uma expectativa maior em relação a o valor estimado,
136 informando ainda que estará sendo feita nova simulação com base nas informações do cadastro de
137 usuários. A Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Energisa S.A.) lembrou que os dados de
138 arrecadação disponibilizados baseiam-se nas outorgas autorizadas e que em Minas Gerais não são
139 outorgados os lançamentos de efluentes. A Sra. Marília Melo explicou que no cadastro de usuário este
140 valor foi considerado aumentando o potencial de arrecadação para a bacia. Em seguida apresentou os
141 pré-requisitos necessários à implementação da cobrança sendo: a articulação do Estado com a União e
142 Estados vizinhos; a proposição de critérios e normas para a fixação dos valores da cobrança, definição
143 de instrumentos técnicos e jurídicos; o cadastramento de usuários; o Plano Diretor; a definição pelo
144 Comitê dos usos insignificantes - destacando que estes já estão em andamento; o desenvolvimento do
145 programa de comunicação social – sendo esta apresentação o trabalho inicial de divulgação o qual
146 estará sendo ampliado em toda a bacia; a instituição da Agência de Bacia; o Contrato de Gestão; o
147 Plano de aplicação; a aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH da proposta de
148 metodologia de cobrança; e a operacionalização da cobrança. Esclareceu sobre o papel da Agência de
149 Bacia, reiterando que o Comitê não possui função executiva, sendo esta agência o braço que vai
150 operacionalizar as decisões do Comitê, destacou sua importância e funções e apresentou os dois

151 modelos de agência de bacia que a legislação prevê, a agência de bacia instituída pelo poder público e a
152 entidade equiparada que é uma associação ou consórcio de bacia com delegação para exercer função de
153 agência de bacia, esclareceu ainda que no Brasil vem sendo adotado as entidades equiparadas
154 destacando que na bacia já existe a AGEVAP, representada nesta reunião por seus Diretores, o Sr.
155 André Marques e o Sr. Flávio Simões, e que esta já está equiparada como agência de bacia para comitê
156 federal e para o estado do Rio de Janeiro tendo atuação efetiva. Em relação ao Contrato de Gestão,
157 esclareceu que este será firmado após a entidade ser aprovada pelo Comitê e pelo CERH para exercer a
158 função de agência de bacia, esse instrumento estipula as obrigações, metas, prazos e indicadores
159 relativos ao desempenho da agência de bacia, sendo assinado pelo IGAM e a Entidade Equiparada com
160 interveniência do Comitê, assegurando a esta autonomia técnica, administrativa e financeira. Quanto ao
161 Plano de Aplicação de recurso da cobrança informou que este também será trabalhado em virtude dos
162 recursos da cobrança estar vinculados as prioridades estabelecidas no plano da bacia, o desdobramento
163 do plano de bacia é feito através do plano de aplicação que deverá ser proposto pela entidade
164 equiparada e aprovado pelo comitê, sendo de grande importância para as ações na bacia. Dando
165 prosseguimento, apresentou a Metodologia de cobrança do CEIVAP esclarecendo o Comitê tem
166 autonomia para definir outra metodologia, mas que por coerência está sendo proposta uma metodologia
167 única dentro da bacia tanto nos comitês estaduais como nos federais buscando facilitar a aplicação
168 desse instrumento e o entendimento por parte dos usuários. Esclareceu que os valores da cobrança
169 recaem sobre três itens que são Captação, Consumo e Lançamento e que está sendo discutido em
170 algumas bacias, inclusive na bacia do rio Paraíba do Sul, a possibilidade de retirada do item Consumo
171 por motivo redundância e em seguida detalhou o processo utilizado para cálculo dos valores adotados
172 para os seguintes itens: Captação - registrando o caso específico de captação dos usuários com medição
173 dos volumes anuais e o caso de mineração de areia em leito de rios; Consumo, incluindo a fórmula para
174 o cálculo dos valores nos casos específicos de Irrigação, extração de areia, bem como os cálculos
175 adotados para definir os valores no Setor Agropecuário e a fórmula distinta para o caso específico da
176 Irrigação; Lançamento – informou que para o lançamento de efluentes é considerado o parâmetro da
177 demanda bioquímica de oxigênio (DBO) que tem grande relevância em alguns setores, apresentando
178 fórmula específica para cálculo dos valores; Geração de Energia – apresenta fórmula específica para
179 cálculo dos valores pelo uso de recursos hídricos para geração hidrelétrica, por meio de Pequena
180 Central Hidrelétrica (PCH); e o Valor Total Anual que é a soma de todos os fatores citados.
181 Finalizando apresentou os Preços Públicos Unitários (PPUs) que vêm sendo praticados na bacia do rio
182 Paraíba do Sul para captação e consumo brutos e lançamento de carga orgânica, reforçando a
183 importância de uma metodologia unificada na bacia assim como a necessidade de aprimoramento da
184 metodologia visando a revisão desses valores de forma a beneficiar a bacia. Apresentou as regras gerais
185 de cobrança onde a cobrança é anual dividida em até quatro boletos trimestrais (abril, julho, outubro,
186 janeiro), sendo primeiro boleto referente ao cálculo do exercício anterior e os demais referentes ao
187 cálculo do exercício corrente – incluindo o valor do primeiro boleto com ajuste de medição, se houver.
188 Nos casos de valor menor que R\$ 30,00 (trinta reais) não é cobrado no ano, acumulando para os anos
189 seguintes; para valores entre R\$ 30,00 (trinta reais) e R\$ 120,00 (cento e vinte reais) é cobrado em
190 parcela única e para os casos de valores acima de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) poderá ser dividido
191 em 4 (quatro) parcelas. Colocou que a meta é a implementação da cobrança na parte mineira da bacia
192 dentro do cronograma previsto sendo prioritário nesta plenária a aprovação da metodologia de cobrança
193 na bacia para ser encaminhada ao CERH e a necessidade de aprovação da entidade para ser equiparada
194 à agência de bacia destacando que o IGAM é favorável que este Comitê reequipare a AGEVAP como
195 sua agência de bacia em virtude da experiência que a AGEVAP possui e no sentido de fortalecer sua
196 atuação, acrescentou que mediante estas aprovações será assinado um contrato para repasse de recursos
197 para a estruturação do Comitê, finalizando agradeceu a atenção de todos e passou a palavra à
198 Presidente do COMPÉ, Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (Energisa S.A.) que deu
199 prosseguimento destacando que a metodologia já foi aprovada anteriormente no âmbito do Comitê, e
200 desta forma propôs aos membros resgatar a Deliberação Normativa já aprovada elaborando nova

201 Deliberação aprovando a Metodologia de Cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia, incluindo a
202 redação “O COMPÉ adota a metodologia de cobrança nos moldes idênticos à metodologia que hoje vêm sendo
203 apresentada e utilizada pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP,
204 devendo a mesma ser alterada por ocasião de alteração na metodologia de cobrança do CEIVAP”, e colocou
205 que não havendo possibilidade de aprovação da metodologia de cobrança por deliberação da plenária
206 em virtude de ser esta a reunião de posse e eleição de diretoria, mas estando os membros de acordo
207 com a metodologia apresentada a mesma será aprovada em *ad referendum* pela Diretoria e levada à
208 aprovação da plenária na próxima reunião. Estando todos de acordo a Sra. Maria Aparecida Borges
209 Pimentel Vargas apresentou a proposta de reequiparação da AGEVAP como agência de bacia deste
210 Comitê, reiterando as colocações da Sra. Marília Melo que representando o IGAM vai pela sua
211 indicação para agência de bacia. Não havendo manifestações contrárias por parte dos membros
212 presentes fica aprovado a indicação da AGEVAP em *ad referendum* pela Diretoria do COMPÉ,
213 devendo esta Deliberação ser apresentada para aprovação oficial na próxima plenária do Comitê. Na
214 sequência passou a palavra ao Sr. Danilo Vieira (SEMAD), que parabenizou a decisão dos membros
215 pelo reconhecimento da atuação da AGEVAP que será reequiparada à agência de bacia deste Comitê.
216 Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos os membros empossados, da Sra. Marília
217 Melo (IGAM) e dos demais convidados, declarando encerrada a reunião, tendo a presente ata sido
218 lavrada por mim Claudio Luis Dias Amaral, e depois de aprovada, assinada pela Presidente do Comitê
219 da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ, Sra. Maria
220 Aparecida Borges Pimentel Vargas, e por mim Claudio Luis Dias Amaral, Secretário Executivo do
221 Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ.
222

223 Ubá/MG, 29 de Outubro de 2013.
224
225

226 
227 Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas.
228 Presidente do COMPÉ.
229

230 
231 Claudio Luis Dias Amaral.
232 Secretário Executivo do COMPÉ.
233
234

235 LISTA DE PRESENÇA

236 Membros do COMPÉ:

238 Eduardo de Araújo Rodrigues – IGAM; Alexandre de Castro Leal – Polícia Militar do Meio Ambiente
239 PMMG – 4ª Cia PM Ind MAT; Francisco Alvim de Souza – EMATER/MG; Gláucio Cristiano Cabral
240 Barros Nogueira - SEMAD; Juliana Maria Guarino Lopes Aquino – Prefeitura Municipal de Muriaé;
241 Renato Gomes - Prefeitura Municipal de Tocantins; Fillipe Tamiozzo Pereira Torres - Prefeitura
242 Municipal de Ubá; Tiago Viana Gonçalves dos Santos – representante da Prefeitura Municipal de
243 Cataguases; Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – Energisa S.A.; Rander Abrão Tostes –
244 CEMIG; Claudio Luis Dias Amaral – Agro-Indústria Reserva das Gerais Ltda.; Rafael Rodrigues
245 Gomes – Laticínios Cortez Indústria e Comércio Ltda.; Décio Luiz Alvim Cancela – SEMASA;
246 Emanuela Amorim Guedes – representante da BIOCEP; Patrícia de Almeida Nogueira Medina –
247 Consórcio Intermunicipal para Proteção e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Pomba; Miguel
248 Ângelo Espírito – CIRAB; Antônio José Rodrigues Caldas Francisco – Consórcio Intermunicipal para
249 Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Muriaé; Emerson Martins Ferreira – representante da ARPA.

250 **Ausências Justificadas:** Virgílio Furtado da Costa – Prefeitura Municipal de Piau; Romina de Paiva
251 Torres – FIEMG; José Júnior – FIEMG; Betty Giovannoni Oliveira – Laticínios Cortez Indústria e
252 Comércio Ltda.;

253

254 **Convidados:**

255 Leonardo Sorbliny Schuchter – SUPRAM/ZM; André Luis de Paula Marques – AGEVAP; Jackson
256 Leandro M. Gonçalves - SUPRAM/ZM; Wander José Torres de Azevedo – SUPRAM/ZM; Denis
257 Peixoto Brito Cabral - PM Cataguases; Marcos Araújo Lima – C. Federal; Arthur Sérgio M. Valente –
258 IEF-ERMATA; Luiz Henrique F. Miranda – IEF-ERMATA; Marcelo de Oliveira Lima – Prefeitura de
259 Faria Lemos; Antonio Trajano Vieira Cortez – Jornal Atual; Flávio A. Simões – AGEVAP; Marília C.
260 Melo – IGAM; Camila Freitas Rossi – SEMAD/SUPRAM; Danilo Vieira Júnior – SEMAD/SUPRAM;
261 Theyla Suelayne D. de Oliveira – COMPÉ.